



RECIFE/PE

CNTV PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EM RECIFE PARA DISCUTIR LEI QUE DISPÕE SOBRE DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA

Audiência aborda lei sobre dispositivos de segurança em instituições financeiras



De acordo com a parlamentar, algumas unidades do banco Bradesco localizadas no Recife não cumprem os requisitos da lei. No entanto, segundo representantes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e do Bradesco presentes na audiência, essas agências estão sendo adaptadas para funcionar como “unidades de negócios”, que não oferecem

todos os serviços das agências bancárias e não precisariam seguir as exigências da lei nº 18.634/2019.

A diferença, diz a Febraban, é que nas unidades de negócios não existe movimentação de numerário – isto é, dinheiro em espécie – de terceiros, informação contestada pela categoria dos bancários, que propôs ao gabinete de Liana

Cirne a realização da audiência ao gabinete da vereadora.

Ao dar início ao debate, a vereadora afirmou que a lei, de autoria do vereador Samuel Salazar (MDB), marca uma história de luta da categoria por mais segurança nas instituições financeiras pernambucanas. “Pernambuco foi pioneiro na legislação de segurança bancária e protagonista nacional na luta pela ampliação nacional dessa segurança. Era um dos estados em que havia maior violência, com um histórico terrível de utilização de explosivos furtados das forças armadas e da Polícia Militar. Havia sequestros-relâmpago de consumidores, de bancários e, inclusive, de familiares de bancários. A lei que foi aprovada no Recife serviu de parâmetro para vários outros municípios”.

Samuel Salazar explicou que a lei foi produzida a partir da preocupação com a vida de trabalhadores como os vigilantes das instituições bancárias. Ele lembrou que a norma foi produzida a partir dos avanços nos recursos tecnológicos de segurança e, além disso, contextualizou a discussão em torno das novidades representadas pelas unidades de negócios. “Estamos aqui para preservar a vida das pessoas. O nosso propósito era modernizar a legislação. Hoje, a discussão é sobre o que seria a unidade de negócios e uma instituição financeira onde há movimentação”.

De acordo com o assistente técnico do consumidor Lucas Bandeira de Mello, do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor do Recife (Procon Recife), a instituição

promoveu fiscalizações a 17 agências bancárias nesta semana, após ser acionada pelo gabinete de Liana Cirne. À primeira vista, estava tudo certo no que diz respeito à legislação municipal nessas agências específicas. Gostaríamos de nos colocar à disposição tanto do gabinete da vereadora, quanto a todos os bancários. Somos todos consumidores. Qualquer cidadão pode acionar o Procon e vamos verificar se, de fato, a lei está sendo cumprida”.

O assessor de relações trabalhistas e sindicais da Febraban, Heliomar Santos, disse que a entidade considera adequadas as legislações federal e municipal sobre a segurança em

agências bancárias, mas que elas não atingem as unidades de negócio. “As duas falam expressamente em agências ou postos de atendimento em que haja movimentação ou guarda de numerário. Não é o que acontece nas unidades de negócios. Quem diz isso é a Polícia Federal, que é quem tem

competência para fazer esse tipo de análise. Na visão dos bancos, estamos fazendo uma readequação, mantendo o atendimento presencial, preservando postos de atendimento bancário e, principalmente, dando para esses trabalhadores as mesmas condições de outros setores que atuam como agentes autônomos de investimento, como corretores de seguro”.

O presidente do Sindicato dos Bancários, Fabiano Moura, argumentou que a transformação de agências bancárias em unidades de negócios reduz a função de prestação de serviços à

Vigilantes com coletes balísticos e armados, portas de segurança com detector de metais, guarda-volumes gratuito para clientes e visitantes. Essas são algumas das exigências previstas pela lei municipal nº 18.634/2019, sobre os dispositivos de segurança obrigatórios das instituições financeiras e similares localizadas no Recife, cujo cumprimento foi alvo de uma audiência pública promovida pela Câmara Municipal nesta quinta-feira (19). A iniciativa do debate partiu da vereadora Liana Cirne (PT)

população em geral que deve nortear os bancos. Ele também defendeu que a justificativa sobre a inexistência de movimentação de numerário nessas unidades não se sustenta. “O Bradesco está transformando algumas das agências tradicionais em unidades de negócios, alegando que não há numerário nelas. Nós discordamos: há movimentação financeira dentro dessas agências e agências e há numerário no autoatendimento nessas agências. Não aceitamos que o banco retire os itens de segurança. Imagine estar numa agência dessas fazendo negócios, ou trabalhando o dia inteiro, sem vigilante e sem porta com detector de metal. Isso vai expor muito a vida dos bancários e dos clientes”.

A Febraban e o Bradesco também foram representadas pelo diretor setorial do comitê de segurança bancária das duas instituições, Pedro Viotto. Ele afirmou que as mudanças ocorridas nas unidades seguem as transformações tecnológicas dos últimos anos e que as unidades de negócios possuem objetivos diferentes das agências bancárias – a permanência dos caixas eletrônicos nesses locais servem apenas para a comodidade dos usuários. Ele afirmou, ainda, que o sistema bancário atuou para reduzir em 98% nos ataques a banco nos últimos 21 anos. “Teve uma aceleração muito grande em relação à pandemia. Evoluímos dez anos em apenas um, dois anos”, disse. “O Procon fiscalizou 10% das agências do Recife e não encontrou descumprimento à lei municipal. Em todas as agências onde temos o saque e o pagamento na boca do caixa, a guarda e a movimentação de numerário pelo bancário, a lei vem sendo cumprida rigorosamente”.

De acordo com a secretária de assuntos jurídicos da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Instituições Financeiras do Nordeste (Fetrafi/NE), Suzineide Rodrigues, indicou que as mudanças promovidas põem em risco a segurança de bancários e clientes, mesmo que as unidades de negócios não ofereçam todas as operações das agências

tradicionais. “Não estamos tratando apenas de guardar numerário. Estamos falando das pessoas que vão ao banco fazer uma operação e que elas correm risco de vida. O cliente corre de risco quando vai ao banco que não tem segurança. Outros bancos adotam esse modelo de unidade de negócios, mas, diferente do Bradesco, mantiveram a porta eletrônica e os vigilantes. Não é o modelo, mas o que o banco está fazendo para economizar”.

O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, José Boaventura, relatou a sensação de insegurança que as mudanças levaram à cidade de Salvador (BA), onde, segundo ele, as unidades de negócios têm substituído agências bancárias. “Lá em Salvador, onde não tem a lei municipal, o banco já implementaram a unidade de negócios. Tiram a porta eletrônica. Tem a agência e os caixas eletrônicos do lado de fora. E o bancário está, todo os dias, na fila orientando as pessoas a fazerem os seus saques. Aqui em Pernambuco, os servidores públicos recebem pelo Bradesco. E vão para a fila sacar dinheiro. Se um morrer, é uma desumanidade”.

Após as considerações da mesa, a audiência pública abriu espaço para o público presente. Ao final do debate, Liana Cirne compreendeu o evento como um sucesso do ponto de vista da escuta de bancários e vigilantes, mas lamentou que a representação dos bancos não tenha modificado sua posição de retirar itens de segurança das agências que se tornarão unidades de negócios. “Infelizmente, a Febraban já se posicionou contrariamente ao pleito, que é o de manter todos os equipamentos de segurança nas agências de negócios. Entendemos que a retirada de equipamentos de segurança expõem demais os consumidores em geral. Volta o aumento daquele tipo de assalto que se dá fora do estabelecimento e torna vulnerável o próprio estabelecimento. Não queremos retroceder ao tempo em que estabelecimentos financeiros eram extremamente perigosos”.

FONTE: RECIFE.PE.LEG.BR

Sindsegur notifica ADS por atraso de salário e vale alimentação



Nesta sexta-feira, 20 de maio, representantes do Sindsegur notificaram a empresa ADS devido o atraso no salário do mês de abril e vale

alimentação do mês de maio dos vigilantes dos postos de serviço da Fasttel Eng e Subestação Monte Verde.

Não vamos aceitar nenhum tipo de exploração contra nossa categoria. A batalha contra o atraso dos salários tem sido intensa, enquanto a empresa não quitar seus débitos com os trabalhadores o nosso sindicato vai continuar na luta para fazer valer os direitos dos vigilantes.

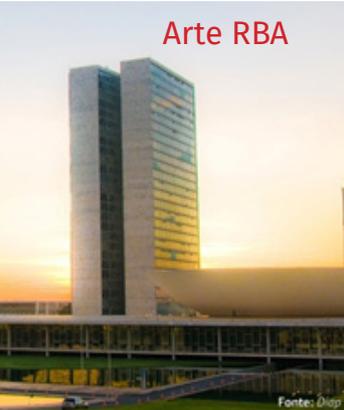
FONTE: [sindsegur](#)

Eleição desafia movimentos sociais a ampliar presença no Congresso: 'As coisas são decididas lá'

Para a secretária-geral da CUT, Carmen Foro, é preciso aumentar a bancada para viabilizar reformas e recuperar direitos. Bancada empresarial na Câmara é seis vezes maior

BANCADA SINDICAL	
Legislatura	Número de deputados
1991-1995	25
1995-1999	36
1999-2003	40
2003-2007	74
2007-2011	64
2011-2014	83
2014-2019	51
2019-2024	35

Arte RBA

A photograph of a modern, multi-story building with a glass facade, identified as 'Arte RBA'. The building is set against a sunset or sunrise sky. The text 'Arte RBA' is overlaid on the image.

A apenas quatro meses e meio das eleições, os movimentos sociais tentam se articular para um desafio tão importante quanto a sucessão presidencial. Ampliar a representação no Legislativo será decisivo para “virar o jogo” em relação a leis e reformas aprovadas nos últimos

anos que reduziram direitos e enfraqueceram as entidades. Neste ano, a estratégia vai além da eleição majoritária e passa pelo Congresso (Câmara e um terço do Senado) e Assembleias Legislativas.

Na atual legislatura, a chamada bancada sindical na Câmara perdeu praticamente um terço de sua representação. O número caiu de 51 para 35 deputados, sendo 27 reeleitos e oito novos. No período 2011-2014, no primeiro governo Dilma, o total chegou a ser de 83, segundo acompanhamento feito pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). A bancada empresarial na Câmara, nesta legislatura, é quase seis vezes maior.

Força política

Por isso, “a eleição de trabalhadores e trabalhadoras envolvidos com a luta para o Congresso é decisiva para o futuro”, afirma a secretária-geral da CUT, Carmen Foro, que na semana passada lançou sua pré-candidatura à Câmara pelo PT do Pará – ela é agricultora familiar de origem. “Nós vimos como o parlamento passa a ter importância fundamental, inclusive para manter alguns governos. Se a gente tivesse a força política necessária, a presidenta Dilma não teria golpeada”, acrescenta.

“Nosso parlamento passou a ocupar um lugar decisivo. As coisas são decididas lá”, diz ainda Carmen, enumerando reverses sofridos pelos trabalhadores nos últimos anos. “Agenda de Estado mínimo, corte de direitos, reforma trabalhista, terceirização, PEC do teto de gastos, menos investimentos em saúde, educação, saneamento básico, agricultura. Parlamento forte significa garantia de direitos, significa democracia”, argumenta.

Poder econômico

Segundo ela, a política da CUT vai no sentido de ampliar as candidaturas (“Consigo ver uma boa mobilização nesse sentido”), não só do movimento sindical, mas de outras organizações sociais. Por exemplo, população negra, quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares, todos estão sub-representados no

parlamento brasileiro. Mulheres são maioria da população, mas são apenas 15% da Câmara. Pretos e pardos (classificação do IBGE) também representam mais da metade dos brasileiros, mas não chegam a 25%. “Isso é uma vergonha: jovem não tem no Congresso. Negros e negras, é muito pequena a representação. Nós não estamos representados”, lamenta Carmen, apontando o peso do poder econômico no processo político-eleitoral.

Fortalecer a bancada pode facilitar, por exemplo, a discussão em torno de uma nova legislação trabalhista. Há um movimento pela revogação da Lei 13.467, a “reforma” aprovada em 2017. Carmen acredita no caminho da negociação. “Eu não creio que haverá um decreto que muda tudo. Mas acho que é possível agrupar questões em cima de pontos que são nevrálgicos. Clausulas péticas, que não dá para abrir mão. É preciso garantir o fortalecimento da negociação coletiva”, afirma.

Assim, uma possível presença de Lula na Presidência da República é imprescindível, mas é preciso assegurar uma base parlamentar para que os projetos caminhem. Ainda mais, lembra Carmen, em um país “destruído” como o Brasil atual. “O trabalho precisa estar no centro dessa discussão.”

FONTE: Vitor Nuzzi, da RBA

‘Reforma’ trabalhista não criou empregos como prometido, diz estudo da USP

De acordo com pesquisadores, “reforma” que precarizou direitos dos trabalhadores não teve “impacto significativo” na evolução da taxa de desemprego no Brasil



Discurso político em torno dos resultados da reforma na época da sua proposta não se realizou”, diz estudo

Em estudo publicado nessa terça-feira (17), pesquisadores do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made-USP) concluem que a “reforma” trabalhista aprovada em 2017 “não apresentou efeito estatisticamente significativo sobre a taxa de desemprego”. O resultado da pesquisa desmonta o argumento do governo golpista de Michel Temer, autor da “reforma”, que à época estimava que a precarização dos direitos dos

trabalhadores criaria entre 2 e 6 milhões de empregos.

Para chegar ao resultado divulgado hoje, os pesquisadores Gustavo Pereira Serra, Ana Bottega e Marina da Silva Sanches compararam a taxa de desemprego do Brasil com a de outros 11 países da América Latina e Caribe que não passaram por mudanças nas leis trabalhistas no mesmo período.

Eles combinaram a taxa de desemprego e outras variáveis econômicas desses países, como crescimento do PIB, inflação, câmbio e juros, para criar o que chamaram “Brasil sintético”. Os países selecionados foram Bahamas, Bolívia, Chile, Colômbia, República Dominicana, Guiana, México, Nicarágua, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas e Trinidad e Tobago.

O resultado foi que, entre 2018 e 2020, as taxa de desemprego no Brasil real e no “sintético” tiveram comportamento similar. “Os resultados obtidos não nos permitem afirmar que a reforma trabalhista de 2017 teve impacto significativo para o menor (ou maior) crescimento da taxa de desemprego no Brasil”, afirmam os pesquisadores. Assim, eles também destacam que “o discurso político em torno dos resultados da reforma na época da sua proposta não se realizou”, afirmam os pesquisadores.

Em linha

O gráfico abaixo, produzido pelos pesquisadores, indica que as quedas observadas na taxa de desemprego no Brasil entre 2018 e 2019 foram “relativamente maiores” do que no “Brasil sintético”. Mas no ano seguinte, as

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

trajetórias de alta foram equivalentes. Por fim, o Brasil real acabou ficando com desemprego levemente acima, na comparação com o país simulado, que não passou pelo processo de precarização dos direitos.

Diferença da taxa de desemprego para o Brasil e Grupo Sintético para o Brasil



Fonte: Made-USP / Arte: RBA

“Isto indicaria que, entre 2017 e 2020, o aumento da taxa de desemprego do Brasil teria sido cerca de 1% superior em comparação à representação sintética para o Brasil, no caso de não ter havido a reforma trabalhista”, diz o estudo.

Por outro lado, os pesquisadores chamam a atenção que a “reforma” também afetou diversos outros aspectos trabalhistas, para além da taxa de desemprego. “O mercado de trabalho brasileiro é marcado por problemas de informalidade e rotatividade que geram baixa produtividade, além de uma grande desigualdade da renda do trabalho. Mas não se sabe com precisão se e como a reforma impactou essas questões”, afirmam.

FONTE: Tiago Pereira, da RBA

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF